

**MUNICÍPIO DO SABUGAL****Aviso n.º 6501/2016****Alteração do Plano de Urbanização do Sabugal**

António dos Santos Robalo, Presidente da Câmara Municipal do Sabugal, torna público, nos termos e para os efeitos previstos nas disposições conjugadas constantes no artigo 76.º e 119.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, que em reunião ordinária da Câmara Municipal, ocorrida a 1 de abril de 2016, foi deliberado iniciar o procedimento de alteração do Plano de Urbanização do Sabugal e fixar um período de 105 dias úteis para a sua execução.

A alteração incide no espaço territorial da Zona Industrial e de Armazenagem do Sabugal e sua área de expansão/ampliação bem como na área adjacente àquela, demarcada no Plano como de equipamento existente.

Mais deliberou dispensar o processo de avaliação ambiental, uma vez que as alterações em causa não consubstanciam impacto relevante no ambiente, nem sobrecarga significativa das infraestruturas existentes.

Durante o prazo de 15 dias, contados a partir do dia útil seguinte ao da publicação do presente aviso no *Diário da República*, decorre o período de participação pública, aberta a todos os interessados, para a formulação de sugestões e para a apresentação de informações sobre quaisquer questões que possam ser consideradas no âmbito do respetivo procedimento de elaboração, encontrando-se os seus termos de referência e oportunidade disponíveis para consulta na página eletrónica da Câmara Municipal do Sabugal e Balcão Único da edilidade. As participações deverão ser apresentadas, dentro do prazo referido, por escrito e dirigidas ao Presidente da Câmara Municipal do Sabugal para o endereço: Praça da República, 6324-007 Sabugal ou remetidas através do endereço eletrónico: presidencia@cm-sabugal.pt

21 de abril de 2016. — O Presidente da Câmara Municipal, *António dos Santos Robalo*.

**Alteração do Plano de Urbanização do Sabugal****Deliberação**

Em reunião ordinária ocorrida a 1 de abril de 2016, a Câmara Municipal do Sabugal deliberou por unanimidade, dar início ao procedimento de alteração do Plano de Urbanização do Sabugal, no âmbito do artigo 118.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio e de acordo com os termos de referência, que fundamentam a oportunidade de execução e os objetivos, que ficarão anexos ao processo e que dele farão parte integrante.

Mais deliberou promover o desenvolvimento dos procedimentos enunciados no artigo 76.º por remissão do artigo 119.º do regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial e fixar o prazo de 105 dias para a execução da alteração do Plano.

A Câmara Municipal deliberou ainda, por unanimidade, e nos termos de artigo 78.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, não qualificar a alteração do Plano de Urbanização do Sabugal como suscetível de ter efeitos significativos no ambiente e, portanto, não sujeitar a alteração do Plano a Avaliação Ambiental Estratégica a que se refere o Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio, com os fundamentos da informação anexa e que faz igualmente parte integrante do processo.

Mais deliberou fixar o período de 15 dias, para a formulação de sugestões e a apresentação de informações sobre quaisquer questões que possam ser consideradas no âmbito do procedimento e, ainda, comunicar o início do procedimento à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, dispensando o acompanhamento da alteração do Plano de Urbanização, no âmbito do artigo 86.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio.

Sabugal, 21 de abril de 2016. — O Presidente da Câmara, *António dos Santos Robalo*.

609578376

**Aviso n.º 6502/2016**

Em cumprimento do disposto do n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 06 de abril, torna — se público que foi homologada, por meu despacho de 29 de abril de 2016, a Lista Unitária de Ordenação Final dos candidatos, relativa ao procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado para preenchimento de um posto de trabalho correspondente à carreira e categoria de assistente técnico (Área de Desenvolvimento Económico),

aberto pelo aviso n.º 14518/2015 publicado na 2.ª série do *Diário da República*, n.º 242, de 11 de dezembro de 2015.

1.º Artur Jorge Correia Carriço — 12,67 valores

Candidatos excluídos:

a) Por não ter comparecido ao método de seleção prova de conhecimentos:

Lúcia Fernandes da Silva

b) Por ter desistido do procedimento concursal:

Sérgio Pires dos Santos

Mais se torna público que a Lista Unitária de Ordenação Final se encontra publicada na página eletrónica do Município de Sabugal ([www.cm-sabugal.pt](http://www.cm-sabugal.pt)) e afixada no Edifício dos Paços do Concelho, sito na Praça da República, Sabugal.

5 de maio de 2016. — O Presidente da Câmara, *António dos Santos Robalo*.

309561268

**MUNICÍPIO DE SANTARÉM****Aviso n.º 6503/2016**

Nos termos dos artigos 92.º e seguintes da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas doravante designada LTFP, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que se encontra aberto pelo prazo de 10 dias úteis, a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, procedimento de Mobilidade Interna na categoria para um posto de trabalho de Técnico Superior (Direito).

Caracterização dos postos de trabalho:

Funções de complexidade de grau 3 com a categoria de técnico superior, na área de direito para exercer as suas atividades na Divisão Jurídica. As atividades a desenvolver são: Prestar assessoria jurídica ao executivo e aos serviços municipais, assegurar o aperfeiçoamento técnico-jurídica dos atos administrativos, emitir pareceres e informações, por forma a dar uma resposta eficaz e eficiente às solicitações da Divisão Jurídica.

Requisitos Exigidos:

Ser detentor de relação jurídica de emprego por tempo indeterminado.

Ser titular da categoria de Técnico Superior.

Licenciatura em Direito.

Métodos de Seleção:

Os métodos de seleção a utilizar são a Prova de Conhecimentos Escrita e a Entrevista Profissional de Seleção.

A prova de conhecimentos escrita visa avaliar conhecimentos profissionais e competências técnicas necessárias ao exercício da função, sendo valorada uma escala de 0 a 20 valores, considerando-se a valorização até às centésimas. A Prova terá a duração máxima de duas horas, com consulta de legislação, versando sobre os seguintes temas:

Constituição da República Portuguesa (Parte III, Título VIII, Poder Local);

Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovada pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação;

Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação;

Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro, na sua atual redação;

Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, na sua atual redação;

Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação;

Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação;

Regime Geral das Contraordenações, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, na sua atual redação;

Lei Geral do Trabalho em funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação.

A entrevista profissional de seleção terá a duração aproximada de 30 minutos e respeitará a escala de 0 a 20 valores, destina a avaliar de forma objetiva e sistemática, a experiência profissional e aspetos

comportamentais evidenciados durante a interação entre o entrevistado e o entrevistador.

A ordenação final dos candidatos será expressa na escala de 0 a 20 valores e resulta da seguinte fórmula:

$$OF = (PCE + EPS) / 2$$

Composição do júri:

Presidente: José António Monteiro Corado Torrão, Chefe da Divisão Jurídica, que será substituído nas suas faltas e impedimentos pelo 1.º vogal efetivo.

Vogais efetivos:

Telma Isabel Felício Neto Lopes, Técnica Superior.  
Lidia Sofia Cordeiro Mendes das Neves, Técnica Superior.

Vogais suplentes:

Ana Cristina da Costa Cabedo e Simas, Chefe da Divisão de Recursos Humanos e Administração.

Olga Maria Soares Melro Rum Correia Mena Esteves, Técnica Superior.

A divulgação dos resultados obtidos nos métodos de seleção será afixada na Divisão de Recursos Humanos e Administração do Departamento de Administração e Finanças e disponibilizada na página eletrónica da Autarquia, em [www.cm-santarem.pt](http://www.cm-santarem.pt).

Formalização das candidaturas:

As candidaturas devem ser formalizadas mediante requerimento dirigido ao Presidente da Câmara Municipal de Santarém e entregues pessoalmente (das 9 horas às 16 horas) ou remetidas pelo correio, em carta registada com aviso de receção para a Divisão de Recursos Humanos e Administração do Departamento de Administração e Finanças, sita na Praça do Município, 2005-245 Santarém.

O requerimento deverá ser acompanhado dos seguintes documentos:

*Curriculum Vitae* detalhado, devidamente datado e assinado;  
Fotocópia do Cartão do Cidadão ou Bilhete de Identidade e Número de Contribuinte;  
Certificado de Habilitações Literárias;  
Declaração comprovativa do vínculo à Administração Pública, com menção da carreira detida e com contagem de tempo de serviço na carreira e na função pública.

26 de fevereiro de 2016. — A Vereadora dos Recursos Humanos, *Susana Pita Soares* (com competência Delegada e Subdelegada por via do Despacho n.º 70/P, de 24/06/2015, do Presidente da Câmara).

309556684

## MUNICÍPIO DE SESIMBRA

### Aviso n.º 6504/2016

Para os devidos efeitos se faz público que, por despacho do Sr. Presidente da Câmara, datado de 14/04/2016, foi concedida ao trabalhador, Joaquim José Pereira de Sousa Tomé, licença sem remuneração, por um período de 60 dias, com efeitos a partir de 9 de maio de 2016.

10 de maio de 2016. — O Vereador, *José Henrique Peralta Polido*.  
309574471

## MUNICÍPIO DE SILVES

### Aviso n.º 6505/2016

Para cumprimento da alínea b) do n.º 1 do artigo 4 da Lei n.º 35/2014 de 20 de junho, torna-se público que, após conclusão dos respetivos procedimentos concursais, foram celebrados contratos de trabalho em funções públicas, por tempo indeterminado com os seguintes trabalhadores:

Início a 14 de março de 2016:

Cátia Isabel Nascimento Cardoso, Elsa Delpilar Bernardino e Tânia Rodrigues Lopes, para o exercício de funções de Assistente Operacional (área de atividade — Auxiliar de Ação Educativa).

Início a 14 de abril de 2016:

Marta Sofia das Neves Martins Santos, Sílvia Cristina Estremores Batista, para o exercício de funções de Assistente Operacional (área de atividade — Auxiliar de Ação Educativa).

Ivo André Rosa Gonçalves, para o exercício de funções de Assistente Operacional (área de atividade — Auxiliar de Serviços gerais).

Sérgio Miguel Vargas Cabrita, para o exercício de funções de Assistente Operacional (área de atividade — Cantoneiro de Limpeza).

Início a 26 de abril de 2016:

Luís Manuel Pereira Narciso e António Martins Canelas Mendes para o exercício de funções de Assistente Operacional (área de atividade — Auxiliar de Serviços Gerais).

Todos os trabalhadores irão auferir a remuneração correspondente à 1.ª posição remuneratória e nível 1.º da tabela remuneratória única.

28 de abril de 2016. — A Presidente da Câmara, *Rosa Cristina Gonçalves da Palma*.

309597946

## MUNICÍPIO DE SINTRA

### Deliberação n.º 873/2016

Ana Queiroz do Vale, Diretora Municipal de Ambiente, Planeamento e Gestão do Território da Câmara Municipal de Sintra, por Delegação de Competências (Despachos n.º 20-P/2014 e n.º 135-P/2014), nos termos da alínea f) do n.º 4 do artigo 191.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, torna público que na 1.ª sessão extraordinária da Assembleia Municipal de Sintra realizada em 3 de fevereiro de 2016, sob a Proposta n.º 73-P/2016 da Câmara Municipal de Sintra, foi aprovado o Plano de Pormenor da Praia Grande.

Torna-se ainda público, que nos termos do artigo 94.º e do n.º 2 do artigo 193.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, o referido plano pode ser consultado no sítio eletrónico do Município ([www.cm-sintra.pt](http://www.cm-sintra.pt)).

2 de março de 2016. — A Diretora Municipal de Ambiente, Planeamento e Gestão do Território, *Ana Queiroz do Vale*.

## Assembleia Municipal de Sintra

### Deliberação

A Assembleia Municipal de Sintra, na sua 1.ª sessão extraordinária realizada em 03 de fevereiro de 2016, sob a Proposta n.º 73-P/2016 da Câmara Municipal de Sintra, deliberou aprovar por maioria, com quarenta e um votos a favor das bancadas do PS, SCMA, PSD, CDU e CDS-PP e uma abstenção da bancada do BE, o Plano de Pormenor da Praia Grande.

Sintra, 02 de março de 2016. — O Presidente da Assembleia Municipal, *Domingos Linhares Quintas*.

## Plano de Pormenor da Praia Grande

### Regulamento janeiro 2016

## CAPÍTULO I

### Disposições Gerais

Artigo 1.º

#### Âmbito territorial

O presente regulamento faz parte integrante do Plano de Pormenor da Praia Grande (PPPG) e aplica-se a uma área de 99 ha (990.127 m²), abrangendo a UOPG 6 — Praia Grande e parte da UOPG 4 — Praia da Aguda/Praia Grande, previstas no POOC Sintra-Sado e cujos limites são definidos na Planta de Implantação do Plano.

Artigo 2.º

#### Objetivos do plano

1 — O Plano de Pormenor da Praia Grande, adiante designado por Plano, destina-se a disciplinar o uso, ocupação e transformação do solo na área por ele compreendida e define as condições de urbanização, edificabilidade e utilização dos edifícios, bem como as características dos espaços públicos.

2 — Os objetivos do Plano estruturam-se segundo 3 eixos estratégicos:

1) Preservação e qualificação ambiental e redução dos riscos;